CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADA NOS DIAS 9 E 10 DE MARÇO DE 2017

Nos dias 9 e 10 de março de 2017, na sala de Reuniões Plenárias, localizada no 10º andar, do Ed. Parque Cidade Corporate Quadra 09, Lote C, Torre A, em Brasília-DF, foi realizada a 24ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH, com os seguintes pontos de pauta: Aprovação da Ata da 24º Reunião Ordinária; Informes do Relato das Atividades das Comissões Permanentes. Relato da participação do CNDH na Reunião Trabalho sobre o Monitoramento das Medidas Cautelares proferidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos – Sistema Socioeducativo do Estado do Ceará. Relato da participação do CNDH na Missão ao Estado de Roraima – Sistema Prisional. Relato da participação do CNDH na Mesa de Diálogos do Governo do Estado de Minas Gerais – Ocupação William Rosa. Relato da participação do CNDH na Reunião de Trabalho na região de Baixo Iguaçu, no Estado do Paraná – Operação "Castra". Encaminhamentos da Comissão Permanentes de Direito ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social - Aprovação da Recomendação contra a PEC 287/2016; Referendum da co-assinatura pelo CNDH da Nota do Conselho Nacional de Assistência Social contra a PEC 287/2016. Apresentação da Ministra dos Direitos Humanos – Sra. Luislinda Valois. Lista suja do trabalho escravo. Medidas cautelares e medidas provisórias proferidas pelo Sistema Interamericano de Direitos Humanos relacionadas ao Sistema Prisional Brasileiro. Acompanhamento pelo CNDH de violações dos direitos das pessoas em situação de privação de liberdade. Apresentação da versão final do Relatório do CNDH sobre o rompimento de rejeitos da Samarco. Planejamento das ações das Comissões Permanentes e de outras ações do CNDH para o ano de 2017.

Estiveram presentes na reunião as conselheiras e os conselheiros: Darci Frigo **(Plataforma Dhesca Brasil);** Flávia Piovesan (**SDH**); Silvio Albuquerque (Secretário Adjunto da **SDH**); Ministro Mauro Campbell Marques (**CNJ**); Juíza Doutora Jaíza Maria Pinto Fraxe (**CNJ**); Deputado Orlando Silva (**PCdoB/SP**); Everaldo Bezerra Patriota (**Conselho OAB**); Gilberto Vieira dos Santos (**CIMI**); Ismael José César (**CUT**); Iara Gomes de Moura (**INTERVOZES**); Leonildo José Monteiro Filho (**MNPR**); Carlos Magno (**ABGLT**); Sandra Carvalho (**Justiça Global**); Leonardo Pinho (**UNISOL Brasil**); Paulo Roberto Maldos (**CFP**); Marco Antônio Souza (**MNMMR**); Nívea Silva (**CNPG**); Akemi Kamimura (**SDH**); Deborah Duprat (**PFDC**); Pedro Saldanha (**MRE**); Francisco Nóbrega (**DPU**); Fabiana Galera Severo (**DPU**); Clarisse Gomes de Oliveira (**MJSP**). A reunião teve também a presença dos representantes da Secretaria Executiva do CNDH: Renata Studart (Coordenadora-Geral do CNDH); Cristiane de Castro da Cruz (assessora do CNDH) e dos participantes: Vinícius Lima (Conselho Federal de Psicologia – CFP); Vera Lúcia Ramos (CUT); Patrícia Comparatti (PFDC/MPF); Jean Carmo (Câmara dos Deputados – Gabinete do Deputado Orlando Silva); Wellington Tadeu (Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH); Pétalla Timo (Conectas Direitos Humanos); Irina Baci (Ouvidoria – SEDH); Adilson Carvalho (SEDH). O Presidente Darci Frigo faz a abertura da reunião pedindo que as conselheiras e os conselheiros se apresentem e informando que aguardam a presença do Deputado Orlando Silva, esperada para a parte da manhã, além de informar a presença do Ministro Mauro Campbell, representante do CNJ, assumindo a titularidade do Conselho. A reunião se inicia com uma breve introdução relembrando a manifestação nacional realizada por mulheres em todo o país no dia anterior devido ao Dia Internacional da Mulher. A primeira questão colocada pelo Presidente é com relação à agenda, se há alguma questão com relação à pauta ou se algum informe deve ser acrescido. A Conselheira Sandra Carvalho sugere o acréscimo com relação ao IDC do Caso Cabula (BA). A palavra é passada ao Deputado Orlando, o qual sugere que uma Comissão faça o acompanhamento do caso do jovem

João Vítor, de São Paulo. Conselheiro Marquinhos, do MNMMR, afirma que durante a 7ª reunião da Comissão dos Direitos da População em situação de Rua o caso do menino João Vítor foi tratado como indicação para a construção de uma nota que trata da violência contra a população em situação de rua. Iara Moura afirma que o Conselho deveria se posicionar sobre o caso Dandara e que é um caso mais complicado por envolver adolescentes em conflito com a lei e o sensacionalismo penal devido a isso. Carlos Magno reforça o posicionamento feito por Iara e sugere que o Conselho deveria tomar uma posição pública. Conselheiro Gilberto relembra que houve reunião da Comissão no dia 7, pretendendo destacar pontos tratados com maior profundidade, além da sugestão dos encaminhamentos feitos durante a reunião, entre eles a de criação de uma Subcomissão para tratar dos direitos dos povos indígenas e de um GT especifico para os povos e comunidades quilombolas. Entre os pontos que saíram da reunião da Comissão estão o debate de uma posição do Conselho com relação à criminalização e as prisões de algumas lideranças, marco temporal; reintegração de posse; processos com base na Lei de formação de organização criminosa. Outro encaminhamento dessa reunião é a criação de um memorial em nome do Conselho a fim de facilitar o diálogo com as instâncias dos tribunais. Seminário para o ano de 2017 a fim de debater esses temas. Possível participação do CNDH em algum momento no Acampamento Terra Livre, que acontecerá entre 24 e 28 de abril, em Brasília. Com relação ao GT quilombola, houve dois encaminhamentos: aprovação da resolução que cria o Grupo de Trabalho no âmbito da Comissão e a designação da primeira missão ser realizada no início do mês de maio na comunidade Rio dos Macacos, na Bahia, devido a conflitos com a Marinha, outra missão em Alcântara e uma terceira missão a ser ainda deliberada. Aprovação da resolução que cria a Subcomissão dos Povos Indígenas no âmbito da Comissão, além da garantia do monitoramento de casos. Colocação de três novos casos para acompanhamento: Tupinambá de Olivença, na Bahia, Serra do Padeiro; caso do desaparecimento de dois agricultores na região do Bico do Papagaio, em Xambioá, Tocantins; e o caso dos Avá-Guarani. Deborah Duprat manifesta preocupação com a operacionalização de algumas demandas que já estão avançadas e pede a colaboração do CNJ para que o material referente a decisões tomadas pelo STJ consiga chegar aos juízes. Presidente Frigo trata a respeito da legislação que criminaliza movimentos sociais e lembra o caso da Operação Castra, em que integrantes do MST estão presos acusados de organização criminosa. Patriota sugere que o Ministro Campbell consiga trabalhar na construção de uma súmula que esclareça o conceito de organização criminosa e a não relação de movimento social com a mesma; aprovar a sugestão de uma representação do CNDH a PGR por uma ADPF sobre as normas de demarcação, propondo Deborah Duprat como relatora. Francisco fala sobre a publicação de uma Portaria 80, assinada pelo Ministro Alexandre de Moraes, a qual enfraquece a FUNAI e a coloca como um dos atores que decidirá quais são as terras indígenas que serão demarcadas, considerada pelo Conselheiro como um risco para o futuro das terras indígenas. Sandra Carvalho relembra que muitos dos casos já citados estão sendo tratados pela Comissão de Defensores de Direitos Humanos e enfrentamento da Criminalização de Movimentos Sociais. Sugere que os esforços sejam somados para a construção do Seminário e que as atividades das duas comissões sejam feitas de forma conjunta. Presidente Darci Frigo afirma que a questão do monitoramento das recomendações da relatora da ONU a respeito da questão indígena no Brasil e sobre o Relatório da Missão Sul, a respeito da violação dos direitos dos povos indígenas no Sul, esse monitoramento deve ser feito em conjunto com a 6º Câmara. Patriota relembra a penúltima reunião da Subcomissão de Defensores foi decidido que, para a 3º reunião – ocorrida no dia 07 de março – que a Secretaria deveria trazer os números referentes ao orçamento e a sociedade civil deveria integrar o GT ou ter o resultado das ações do GT e propor melhoramentos. Patriota faz os informes e encaminhamentos da reunião da Comissão da População em Situação de Privação de Liberdade. Paulo propõe a redação de uma nota do CNDH a respeito da criminalização dos

movimentos sociais, juntamente com a questão do encarceramento em massa. Marquinhos propõe trazer familiares de encarcerados para o Seminário, a fim de que tenham voz. Deborah propõe ainda que o Seminário seja realizado em parceria com o CONANDA. Akemi sugere que na Comissão de Privação de Liberdade o Comitê de Combate à Tortura também esteja envolvido. Com relação ao Seminário, Iara propõe incluir a discussão sobre Mídia e Encarceramento em Massa, colocando a Comissão de Comunicação e Liberdade de Expressão à disposição para ajudar no encaminhamento. Leonardo sugere que seja criada uma Subcomissão específica para tratar dos assuntos relacionados ao trabalho escravo. Fabiana faz a sugestão de alteração no nome da possível Subcomissão a fim de que possa incluir o tema da mobilidade. Gilberto alerta para a questão das revistas vexatórias, para que tenham uma maior atenção do Conselho. O Presidente Frigo encerra a reunião com retorno para a tarde. A reunião retorna na parte da tarde com a proposição feita durante a manhã sobre a manifestação do CNDH a respeito da criminalização de movimentos sociais. A manifestação é aprovada pelo Conselho. Patriota lembra do encaminhamento para se oficiar o Procurador militar das Forças Armadas solicitando informações sobre as operações ao Ministro da Defesa e ao Ministro da Justiça questionar se as operações continuarão sendo feitas sem a presença de entidades de direitos humanos e sem controle social e órgãos do estado. Marquinho relata os acontecimentos da 7º reunião da Comissão Direitos da População em Situação de Rua, ocorrida no dia 07 de março. Entre alguns dos pontos importantes para a próxima reunião foi sugerido pensar nas situações emergenciais, e apresentar um fluxograma e um cronograma. Será realizado um Seminário Nacional no segundo semestre a fim de averiguar como estão sendo implementadas as políticas para a população de rua nos estados, dialogando com os governos estaduais e com comitês intersetoriais. A questão da moradia foi o foco da reunião. Com relação ao caso João Vítor, Marquinhos sugere a criação de um GT juntamente com o Conselho Estadual de São Paulo para acompanhamento do caso. Uma nota está em processo de redação para denunciar o extermínio da população em situação de rua. A Secretária Flávia Piovesan sugere como encaminhamento diálogo com o CONANDA para avaliar a situação das “mães-órfãs”, além de diálogo com o CNJ. Encaminhamento sobre a nota técnica conjunta entre o CONANDA e o CNDH. Leonardo sugere uma reunião de trabalho da representação da Comissão do CNDH, da representação do CONDEPE e da representação do Deputado Orlando Silva para acompanhamento do caso, em São Paulo. Patriota faz relato sobre a participação do Conselho na reunião de trabalho sobre o monitoramento de medidas cautelares proferidas pela Comissão Interamericana a respeito do Sistema Socioeducativo do estado do Ceará. Faz o encaminhamento de que o Conselho firme um entendimento de que só irá participar de monitoramentos como esse se houver a participação com poder de decisão. Paulo diz que conhece todas as unidades do sistema por ter feito visitas aos locais várias vezes e que nessa situação é necessário posicionar-se em defesa dos direitos humanos das crianças e adolescentes. Sandra sugere pensar a reformulação dos fóruns – se têm um funcionamento adequado; deve haver um plano, medidas concretas. Sugere ainda que se formule uma proposta de funcionamento do que seria o monitoramento das ações internacionais. Pedro afirma que o Conselho deve ser propositivo, pensando de forma mais estruturada e propondo medidas concretas. Deborah diz que o Conselho, assim como o CONANDA, devem criticar a implementação da Lei 12.594/2012, do SINASE; sugere ainda que, no caso do não comparecimento dos agentes públicos em reuniões para tratar dos sistemas socioeducativos, deve-se fazer uma representação ao Ministério Público por improbidade administrativa. Leo faz seu relato sobre a Missão Roraima. Afirma que é uma preocupação da Ouvidoria a falta de proteção dos policiais que atuam como agentes penitenciários pelo Estado de Roraima – os detentos possuem informações sobre a vida deles e de suas famílias. Faz o encaminhamento para corroborar com a Defensora Pública Geral de Roraima a criação, no âmbito da defensoria, do núcleo de direitos humanos; recomendar a nomeação dos aprovados em concurso

que ainda não foram admitidos e a realização de outro concurso; criação de um GT para pensar na questão dos venezuelanos que estão na fronteira para que não se torne um problema maior. Akemi afirma que a questão de apoio e assistência aos familiares dos detentos e saúde e educação ficam em secretarias distintas da secretaria de segurança pública e administração penitenciária e não há iniciativa do governo estadual de prestar assistência ou apoio a Defensoria Pública; faz a sugestão para que haja uma recomendação por parte do Conselho quanto a isso. Deborah sugere pedir explicações ao DEPEN sobre o quanto se exige de repasses de recursos para o investimento em medidas alternativas. Nívea faz breve relato da negociação sobre a ocupação William Rosa e afirma que a reunião foi positiva. Faz a sugestão de oficiar sobre a resolução do CNJ para informar que o CNDH está acompanhando o caso. Frigo relata o caso do assassinato de dois trabalhadores na área da empresa Araupel, no Paraná, e da criminalização do movimento. Sugere que o Conselho reitere o termo de compromisso afirmando que acolhe as recomendações feitas durante a audiência pública e que seja encaminhado ao Ministério Público Estadual, à juíza, ao Tribunal e ao Procurador Geral de Justiça do Paraná. O Presidente inicia o segundo dia de reunião parabenizando pelos trabalhos da reunião do dia anterior. Indica que a partir de então o que seria apresentado ao plenário seriam não informes das comissões, mas sim os encaminhamentos, para reafirmar e fortalecer as ações das comissões e a legitimidade do Conselho. Informa às/aos demais conselheiras/os do passivo de denúncias recebido pelo Conselho, algumas delas serão repassadas para os coordenadores de comissões, conforme a seleção feita pela Mesa Diretora. Repassa a reorganização da pauta. Segue para a aprovação da Recomendação da PEC 287/2016. Leo faz um breve relato sobre a reunião da CP Trabalho, ocorrida em 20/02, da qual resultou a referida recomendação. Fez a leitura da recomendação. Ismael indica que a forma seria solicitar a retirada do projeto até que sejam feitas as devidas comissões. Patriota coloca que o mais viável seria uma proposta intermediária, uma vez que é claro que o governo não vai retirar a PEC. Darci sugere que o Conselho leve em conta o ocorrido em 08 de março, o clamor público para a retirada da PEC. Paulo sugere que o correto seria colocar que a PEC deve tramitar dentro dos princípios democráticos. Encaminhou, portanto, que o executivo deve retirar a PEC, que a tramitação seja suspensa, levando em conta que as comissões de discussão não foram instituídas e não houve transparência nos dados apresentados para a sociedade, e que seja considerado o clamor público de 08 de março. Segue para leitura do posicionamento tomado de co-assinatura do manifesto do CNAS, a nota de posicionamento foi aprovada. Passa a palavra para a Fabiana para tratar da lista suja do trabalho escravo questionando as justificativas jurídicas de terem que cumprir com a portaria, sugere que deve-se ressaltar o próprio mecanismo da lista, sendo ela importante para expor graves violações de direitos humanos, enfrentamento e prevenção do trabalho escravo, afetando a reputação da empresa, suas relações comerciais, consumo consciente, além de concorrência desleal em cadeias produtivas. Ismael coloca que, como a CUT informa que se retirou do GT criado pelo Ministério do Trabalho, uma vez que é sabido que este grupo só existia para protelar a publicação da lista. Fabiana faz leitura da nota e são feitos ajustes na sequência. Sugestão de que qualquer discussão sobre o tema de combate ao trabalho escravo seja feita na CONATRAE; a nota foi encaminhada e aprovada. Passa a palavra o Leonildo para leitura da nota de repúdio à violência contra as pessoas em situação de rua. Informa que a ouvidoria vai trazer os dados sobre as denúncias de violência contra a população de rua, que segundo informa, aumentou em 30%. Giba sugere que no texto que vai divulgar a nota expor também outros casos, inclusive o processo de higienização em São Paulo. Por fim ela foi aprovada e encaminhada. O Conselheiro Paulo inicia leitura da nota de criminalização dos movimentos sociais. Iara sugere que seja incluída a criminalização da liberdade de expressão e foi endossada pela conselheira Deborah, ambas ressaltaram os movimentos de ocupação das escolas. Deborah sugere que o caso Kaigang seja tratado em outro momento, pois se trata de um outro tipo de

criminalização. Marquinhos sugere inserção da criminalização da luta pela moradia urbana. Frigo sugere fazer redução do documento, mais genérico, para depois fazer uma listagem das violações. Iara faz sugestão de posteriormente fazer esse documento de listagem das violações, mas insiste que nesse primeiro documento seja feito um parágrafo que mencione que esse caso da manifestante Fabiana está inserido em um contexto mais amplo de violações à liberdade de expressão e criminalização de movimentos sociais. Ficou decidido voltar a esse tema na próxima reunião com novos dados de violações. Paulo e Iara ficaram responsáveis pela redação final do documento, incluindo as considerações do Ismael sobre as violações aos direitos dos trabalhadores e a questão indígena colocada pelo Giba poderá ser considerada em outro momento. Sobre o caso MTST em Pernambuco, Frigo faz um breve relato do caso e propõe encaminhamento de solicitar informações às autoridades do Estado sobre o caso, e indica a Nívia como responsável já que é coordenadora da CP Cidade. Nívia questiona para quem seriam solicitadas as informações, se propõe a solicitar informações na DPU-Pernambuco para saber se o contexto é diferente do que acontece em outros estados do Brasil, além de oficiar a secretaria de segurança pública e o PGJ com prazo para resposta. Sandra passa a tratar da violação de direitos humanos no sistema prisional brasileiro medidas cautelares e provisórias proferidas pelo sistema interamericano de direitos humanos e o papel do CNDH, sugere que a ideia é pensar no papel do CNDH frente a essa resolução da CIDH, repassa o teor dessa resolução e a visita feita pela corte ao Complexo do Curado em Pernambuco. Deborah questiona se o CNDH não pode ter acesso imediato às informações prestadas ao longo do tempo para os 4 casos acompanhados pela corte e se não é possível estabelecer uma rotina de recebimento dessas informações continuamente. Pedro Saldanha ressalta que a atuação internacional do CNDH é muito recente e que não há um protocolo de como o Conselho deve atuar, mas ele enxerga que o CNDH pode ter atuação passiva e ativa, a ativa é quando o CNDH é credenciado como entidade defensora de direitos humanos na ONU e na passiva é que por meio do Itamaraty o estado brasileiro é demandado a prestar contas e há uma ação indireta das incidências do Conselho; sugere que com base nos dados que serão trazidos de Genebra pela Camila (CONECTAS) sobre a atuação internacional de outros conselhos seja possível criar um repertório de atuação internacional do CNDH, propõe que a mesa junto com o Itamaraty analise as formas como o CNDH poderá atuar tanto de forma ativa quanto passiva. Quanto à transmissão de informações basta que a secretaria solicite ao Itamaraty que seja feito. Paulo faz convite para reuniões com as Ministras Laurita Vaz (STJ) e Carmen Lúcia (STF) ao presidente do Conselho. Sobre o relatório da Samarco que deveria ser aprovada a revisão nessa reunião, Nivea esclareceu que foi bem complicado reunir as revisões e ver quais deveriam ser consideradas, uma vez que os redatores e revisores anteriores não estão mais no conselho e ainda que ela recebe novos dados para colocar no relatório diariamente. Ficou estabelecido o limite de dezembro (data de aprovação do relatório) para inserção de novas informações e uma reunião entre a Nívea e a Deborah para concluir a redação final do relatório. Ficou prazo até 20/03 o encaminhamento do documento para as/os conselheiras/os e até 27/03 para demais contribuições das/os conselheiras/os com aprovação tácita em caso de não manifestação. E assim que concluído o relatório deverá ser feito envio para as/os demais conselheiras/os para aprovação à distância e à Ministra de Direitos Humanos para conhecimento. Fabiana passa a aprovação de ata da 24ª R.O., Patriota e Giba fazem considerações ortográficas e a ata foi aprovada. Na parte da tarde Frigo inicia tratando do planejamento de ações do CNDH, considerando o orçamento limitado do Conselho, por isso seria importante pensar também que cooperações o CNDH pode fazer nas suas ações, sugere por fim que seja feito nova reunião ampliada com as demais entidades de direitos humanos estaduais e também legislativas. Patriota sugere que nos estados que não têm conselhos que seja feita sugestão de criação, via cartas ao governo estadual, e nos outros que têm, mas que não operam normalmente fazer missão para

tomar conhecimento e estimular o funcionamento, além de estabelecer reunião anual entre CNDH e conselhos estaduais. Giba sugere que seja feita atualização dos contatos dos conselhos estaduais operantes, e que seja feito o levantamento deles. Fabiana sugere que seja oficiado novamente o Senado Federal para que compareça às reuniões. Sugere também que, quanto às denúncias recebidas e distribuídas pela Mesa, é preciso dar resposta a elas e que seja estabelecido um fluxo para dar encaminhamento àquelas que chegam. Ismael registra indignação da CUT com o artigo publicado pelo presidente na Folha tratando dos Direitos Humanos, ele considera um desrespeito ao CNDH. Sugere que seja lançada uma campanha para ajudar a desmistificar a ideia de que direitos humanos são para defender bandido. Pensar em campanha no rádio, na televisão ou, pelo menos, nas redes sociais. Renata lembra da emenda da senadora Lucia Vania de 300 mil reais para o conselho além do orçamento normal do Conselho. Patriota indica que o governo não faz campanha a favor dos direitos humanos e que seria preciso encontrar meios alternativos para viabilizar a campanha. Nívea sugere um módulo de encontro nacional ou regional com defensores de direitos humanos, comunicadores sociais, defensores populares, advogados populares, que estão sofrendo muito, para construir uma rede nacional do CNDH para que o que estiver ocorrendo em um estado possa ser evitado em outro. Marquinhos sugere pensar na articulação entre os conselhos como forma de proteção dos espaços participativos do governo, formando agenda comum de atuação frente ao Estado. Giba propõe levantamento dos espaços de direitos humanos para que sejam fortalecidos e articulados, como fóruns da sociedade civil. Carlos Magno sugere que sejam feitas reuniões do Conselho em outras capitais para que ele esteja mais próximo da situação local e já sugere reunião em Fortaleza para convidar o governador a participar da reunião. Iara reitera a proposta do Carlos e indica que a presença física do conselho já fortalece articulações e ajuda no levantamento de lugares onde têm conselhos estaduais e propõe antes da próxima reunião ordinária reunião da CP liberdade de expressão; sugere também que seja feito compartilhamento das agendas cumpridas pelas/os demais conselheiras/os sobre reuniões, audiências, etc. pertinentes ao conselho. Frigo sugere reuniões ampliadas pelo menos três vezes no ano, ou seja, que as/os conselheiras/os possam vir um dia antes das reuniões para uma reunião extra, principalmente da sociedade civil; e pensar também ação internacional do Conselho. Patriota propõe que se houver outro caso nos sistemas prisionais que a próxima reunião do Conselho seja feita lá, inclusive para chamar os conselheiros estaduais. Paulo sugere procurar também iniciativas na sociedade civil que tratem sobre direitos humanos para além dos conselhos e fóruns. Renata relembra o seminário dos direitos das pessoas em privação de liberdade e o seminário proposto pela CP Terra; e alerta também para o aumento na solicitação de passagens para os conselhos estaduais e acabar faltando verba para outras demandas do conselho. Giba sugere que a próxima reunião ordinária seja feita no sentido de unir as pautas do relatório da missão Indígenas-sul e a situação da criminalização da luta pela terra no Paraná, e que a reunião pudesse ocorrer no Paraná. Quanto à proposta da campanha, Ismael sugere pensar na SECOM para viabilizar a campanha, mas não descarta a busca por parceiros que se prontifiquem a fazê-lo, sugere que a campanha seja una entre os movimentos sociais. Renata coloca que a SECOM é diretriz política de comunicação do governo. Iara coloca que a SECOM não tem transparência dos anúncios publicitários. Marquinhos questiona se seria possível criar uma campanha sem o brasão do governo. Iara explica que se passar pela SECOM com certeza, se sair, vai sair oficial, com brasão, etc. Patriota sugere que tente-se articular com alguém que queira veicular a campanha apenas para ter o seu nome como veiculador dessa campanha. Cecília sugere que seja criada uma comissão para já ir pensando a operacionalização da campanha. Iara reitera a sugestão de Cecília. Giba coloca que o Intervozes pode ser um articulador para comunicar com meios alternativos para fazer a campanha, dá o exemplo do Mídia Ninja e faz sugestão de campanhas alternativas como os vídeos curtos que têm sido amplamente veiculados nas redes

sociais. Paulo coloca o novo trabalho do Juliano Salgado “A ausência do Estado” e coloca também como alternativa a TV Futura que já veiculou campanhas do CFP. Leonardo questiona se o CNDH poderia firmar acordo de cooperação. Renata coloca que na lei do CNDH está prevista consultorias pró-bono. O grupo de trabalho para operacionalizar a campanha, pensando a verba da emenda, mas também parcerias com suas redes individuais e de suas organizações; o GT ficou formada pelo Ismael (CUT), Iara (INTERVOZES), Leonardo (UNISOL), Giba (CIMI), Carlos Magno (ABGLT), SDH. Frigo coloca que quanto ao fortalecimento da rede de direitos humanos todas as propostas são conectadas, na próxima reunião, já com os dados, vai ser possível discutir como articular ou sugerir a criação de conselhos estaduais. Quanto ao Senado a mesa diretora já tomou a responsabilidade de continuar cobrando a presença. Quanto ao encontro nacional com os conselhos estaduais e comissões legislativas de direitos humanos fica decidido fazer em agosto. Quanto à cobrança dos estados que não têm conselho seria preciso pensar meios de ação. Patriota sugere que nos casos que não têm sejam oficiados a/o governador (a) e o PGJ e nos casos que têm, mas não com boa atuação que seja enviado alguém da rede para alavancar o funcionamento do conselho, e ainda fazer recomendação para a/o governador (a), PGJ, defensor (a), presidente da assembleia e PRDC. Giba sugere que a lista de conselhos estaduais seja circulada pelas/os conselheiras/os para já começar mapeamento. Akemi coloca que de parte da secretaria, em todas as missões feitas a criação de um conselho estadual, ouvidoria, comitê de combate à tortura já tem sido pautado. Giba coloca o CIMI à disposição para articular com os coordenadores gerais do CIMI sobre as redes de direitos humanos locais. Patriota se compromete a fazer articulação com as OAB’s locais em busca de dados. Fabiana apresenta angústia quanto à questão de gênero e dados de violência contra as mulheres e percepção de que ela não é tratada em comissão específica do CNDH. Carlos coloca a sugestão de nota da violência contra a população LGBT, que seja feita em conjunto com Iara, Sandra e Fabiana, portanto, seria votado o mérito da nota e posteriormente a nota seria escrita e repassada via e-mail. Fabiana questiona se seria possível colocar a questão de gênero na mesma nota. Jaíza acredita que não é conveniente colocar as duas coisas na mesma nota, pois imposição e discriminação de gênero são coisas diferentes, embora correlatas. Iara coloca o pano de fundo da nota sobre violência LGBT tem que ter um viés de gênero, embora concorde que não seria possível colocar todos os dados de violência contra a mulher também na mesma nota. Carlos acredita que é possível colocar a questão de gênero, pois está totalmente relacionado à discriminação, ódio e violência contra LGBT, mas acredita que a violência contra a mulher precisa de uma nota à parte. O encaminhamento é, portanto, fazer a nota incorporando a questão de gênero, elaborada por Carlos, Iara, Sandra e Fabiana, e sobre a violência de gênero, quando aparecer nova oportunidade de se posicionar o Conselho o faz especificamente. Patriota coloca sobre o seminário da questão prisional, deve sair lá para maio ou junho, Frigo sugere que seja feita uma daquelas reuniões extras da sociedade civil na época. Frigo dá sugestão do seminário do CP Terra ser vinculado ao encontro nacional dos conselhos. Sobre a articulação entre os conselhos nacionais Akemi coloca que a secretaria tem feito reuniões com as secretarias dos conselhos e demais comitês que estão no âmbito da SDH; sugere que dependendo das prioridades e temas do CNDH fosse feita uma articulação e conversa com os demais conselhos de forma mais periódica, para a definição desses temas seria observável durante essas reuniões com as secretarias executivas. Frigo sugere que essas reuniões sejam feitas com as secretarias e um conselheiro de cada conselho e que tentasse fazer um esforço para contatar outros conselhos fora da secretaria; Marquinhos se prontificou a cuidar dessa articulação. Sandra propõe a criação de um GT para acompanhar o IDC do caso Cabula. Jaíza se compromete a levar o número do processo para acompanhamento junto ao Ministro Mauro. GT anterior composto CNJ, CNPG, PF e outras organizações, a proposta da Sandra é que seja integrada também pelo grupo REAJA, Justiça Global e esse GT deve se fazer parte da CP Segurança Pública.

Iara faz leitura da nota de criminalização de movimentos sociais reescrita. Foram feitas ratificações ortográficas na nota e foi aprovada. O presidente Frigo agradeceu e encerrou a reunião.